



Revista Portuguesa
de

irurgia

II Série • N.º 10 • Setembro 2009

Página dos editores

J. C. Mendes de Almeida

Quantidade e Qualidade. Trinta anos de Serviço Nacional de Saúde

EDITORIAL

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) comemora 30 anos de existência.

O seu posicionamento na sociedade portuguesa, bem como o seu desempenho, são motivo de elogios e de críticas provenientes dos mais variados sectores.

A perspectiva com que os governantes encaram o SNS tem sido sempre ambivalente. Numa dimensão são uma coroa de glória a utilizar no momento oportuno, fazendo alarde das metas atingidas mas, com grande frequência, o SNS e as suas estruturas são motivo de importantes incómodos. Esta duplicidade tem sido para os sucessivos detentores do poder mais uma restrição na aplicação das medidas necessárias ao seu melhor desempenho do que uma força promotora de desenvolvimento. Determinada por crença política activa, ou por preocupação de natureza eleitoral, a actuação dos diferentes governantes tem sido errática e, mais grave, ao longo do tempo, por vezes contraditória. Tarda que em Portugal seja definida uma política de saúde consistente, consensual e duradoura de forma a permitir aos diferentes intervenientes, com base em regras bem definidas, planear e desenvolver um sistema nacional de saúde.

Os profissionais de saúde, na sua vasta maioria trabalhadores no sistema, têm uma opinião sobre o SNS extremamente variada. No entanto, parece existir algum denominador comum a estes grupos profissionais. Preocupados com o melhor atendimento dos doentes que os procuram, reconhecem os feitos importantes que foram alcançados mas, simultaneamente, ficam frustrados pelas dificuldades que constantemente tolhem o passo à normal evolução técnico-científica da prestação de cuidados de saúde. Contribui também para este descontentamento, a persistente indefinição de um quadro normativo duradouro da actividade profissional, a flutuante perspectiva do futuro profissional e a renitência ao reconhecimento dos seus esforços e méritos pelo conjunto da Sociedade. Este último aspecto traduz-se por um sentimento de incompreensão, por parte dos governantes e da Sociedade em geral, dos seus anseios, objectivos e métodos de trabalho.

Para os doentes, utilizadores do SNS e a razão de ser do sistema, a percepção de que muito tem sido alcançado, como é traduzido por inquéritos de satisfação realizados junto das populações, é largamente ofuscada pela sensação de que tudo poderia ser melhor. É natural esta percepção que os doentes têm de um sistema de saúde pois está na natureza do estado de doença almejar a cura. A cura e o alívio do sofrimento implicam, para quem sofre, rapidez e eficiência no tratamento. É precisamente em torno destas duas questões que se origina o descontentamento dos doentes e, também em larga medida, a frustração dos profissionais e os incómodos dos governantes.

O SNS é, desde a sua concepção, refém de alguns dogmas políticos.



Se o primeiro e mais importante destes, o da generalidade de prestação de cuidados de saúde à população, não sofre qualquer contestação, outros há, que não só reflectem exclusivamente o pensamento de algumas correntes políticas, como têm sido um obstáculo ao melhor funcionamento do sistema. Em torno destes dogmas tem sido feita uma enorme demagogia política, que muito se centra em torno da inferência de que o fornecimento de cuidados de saúde à população obriga a um sistema portador de um determinado tipo de condicionantes. São exemplo destas condicionantes, a obrigatoriedade da prestação em estruturas públicas, a sua normativa e, também, o funcionalismo, as carreiras e a tendencial gratuitidade. Nesta perspectiva, o SNS tem objectivos nobres e fundamentais para a Sociedade, mas tem sido desvirtuado pelo primado do dogma em detrimento da eficiência.

Apesar destes problemas o SNS alcançou realizações importantes.

Aumentou em larga escala a quantidade de cuidados de saúde oferecidos à população, reduziu a mortalidade infantil, aumentou a esperança de vida dos portugueses, etc.

No entanto muito está por fazer e colocam-se dois desafios capitais, o da quantidade e o da qualidade.

Se para a quantidade muito está feito mas muito falta fazer, para a qualidade falta fazer quase tudo.

A actividade do SNS traduziu-se por um maior aporte de cuidados de saúde aos portugueses. O volume de consultas, cirurgias, etc. realizados em Portugal no âmbito das estruturas públicas aumentou muito desde que o SNS foi implementado e, actualmente, continua a registar-se um crescendo da capacidade de oferta. No entanto, estes incrementos têm sido insuficientes para responder à crescente necessidade de cuidados assistenciais a fornecer a uma população cada vez mais envelhecida. Esta situação é bem evidente quando são analisados exemplos de todos conhecidos, como sejam as listas de espera cirúrgicas. Existem também outras situações de insuficiência, não menos paradigmáticas, mas que não têm tanta divulgação e tanto mediatismo. São exemplos destes problemas, a capacidade de oferta de meios complementares de diagnóstico, nomeadamente imagiologia, ou o difícil acesso a consulta de certas especialidades. Estas insuficiências resultam de um conjunto de factores em que avultam os anseios legítimos da população, o seu envelhecimento e, também, a incapacidade das estruturas do Estado em responder a este crescente volume de necessidades.

Mais complexo, menos estudado e, de forma objectiva, completamente omisso do discurso político, é o problema da qualidade dos cuidados de saúde prestados aos portugueses.

Existindo, no panorama de SNS, serviços e instituições que primam pela qualidade, não existe uma política de avaliação global da qualidade dos cuidados prestados. Esta ausência é particularmente crítica pois os doentes desejam e merecem o melhor tratamento e, de forma também importante, sabe-se que tratar bem é mais barato. Nas áreas cirúrgicas este controlo de qualidade deveria ser uma constante, não se limitando a uma análise administrativa de indicadores duvidosos, mas incluindo o estudo dos resultados clínicos. Esta avaliação clínica deveria analisar tanto os resultados a curto como a longo prazo, não se limitando à objectivação de tempos de internamento, taxas de ocupação, etc. É capital para o desenvolvimento de um sistema de saúde que os resultados a distância dos tratamentos administrados sejam revelados, que cada hospital ou serviço indique as suas taxas de sucesso, morbilidade e mortalidade, sobrevivência, recidiva, reinternamento, etc. Só com informação transparente poderemos fazer melhor pelos nossos doentes.

A liberdade é um factor de progresso.

De todos os aspectos focados anteriormente ressalta que, para a prossecução do objectivo do SNS, de prestar os cuidados de saúde necessários e com a qualidade requerida a quem o procura, muito está por fazer. A vivência hospitalar indica que as capacidades existentes, quer físicas quer humanas, permitem fazer muito melhor pelos doentes que se dirigem ao SNS. Para permitir que estes recursos sejam utilizados na sua plenitude há que definir uma nova orientação para o sistema, uma política que divulgue uma informação clara e verdadeira, que permita aos doentes escolher onde melhor são tratados e que outorgue às instituições liberdade para se organizarem e responderem às flutuações de procura a que serão sujeitas.

Os cirurgiões têm sido sempre pioneiros nas fronteiras da Medicina, espera-se que o sejam também neste desafio de melhorar a quantidade e qualidade dos cuidados cirúrgicos prestados no âmbito do SNS.

Dos governantes espera-se que implementem uma nova política para o SNS, que permita às instituições e aos grupos profissionais fazer o seu melhor no tratamento dos doentes que os procuram.

